

Apropriação de saberes indígenas na fronteira franco-portuguesa (1728-1769)

Appropriation of Indigenous Knowledge in the Franco-Portuguese Borderlands (1728–1769)

Eduarda Mendes Cardoso

Doutoranda em História

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

eduardamendes5020@gmail.com

Recebido: 10/08/2025

Aprovado: 12/02/2026

Resumo: Este artigo pretende analisar a apropriação de saberes indígenas na fronteira franco-portuguesa setecentista em viagens científicas francesas. No século XVIII, as disputas entre as Coroas portuguesa e francesa nas fronteiras amazônicas resultaram no envio de expedições exploratórias, articulando fortemente, em seus objetivos, aspectos vinculados à ciência e à política para o domínio territorial. A produção científica dependia intensamente dos saberes indígenas, que atuavam como guias, intérpretes, canoeiros e informantes, viabilizando a coleta e a aclimação de plantas e animais. Apesar da recorrente desvalorização europeia, esses povos foram protagonistas na circulação de conhecimentos sobre fauna, flora, hidrografia e geografia, influenciando políticas reformistas e estratégias coloniais. As narrativas de viajantes revelam tanto a dependência quanto a desconfiança em relação aos indígenas, evidenciando relações de poder marcadas por resistência, mediação cultural e apropriação de saberes locais no contexto da ciência ilustrada e da expansão imperial na Amazônia.

Palavras-chave: Saberes indígenas; Viajantes; Amazônia Colonial.

Abstract: This article aims to analyze the appropriation of Indigenous knowledge in the 18th-century Franco-Portuguese borderlands, as depicted in the narratives of French travelers. In the 18th century, disputes between the Portuguese and French Crowns in the Amazonian border regions resulted in the dispatch of exploratory expeditions, whose objectives strongly intertwined science and politics in the pursuit of territorial control. Scientific production relied heavily on Indigenous knowledge, as these peoples served as guides, interpreters, canoeists, and informants, enabling the collection and acclimatization of plants and animals. Despite recurrent European devaluation, they played a central role in the circulation of knowledge about fauna, flora, hydrography, and geography, influencing reformist policies and colonial strategies. Travelers' narratives reveal both dependence on and distrust toward Indigenous peoples, highlighting power relations marked by resistance, cultural mediation, and the appropriation of local knowledge within the context of Enlightenment science and imperial expansion in the Amazon.

Keywords: Indigenous knowledge; Travelers; Colonial Amazon.

Introdução

As disputas entre os representantes das Coroas portuguesa e francesa na fronteira setentrional amazônica do setecentos foram conduzidas a partir de articulações políticas de domínio territorial e do uso das ciências para esses propósitos. O controle das riquezas das colônias destacava a necessidade dos impérios coloniais de reunir saberes sobre os três reinos da natureza – animal, vegetal e mineral. Essa tarefa exigia investimentos em viagens científicas e na organização de espaços onde a ciência pudesse ser exercida, experimentada e difundida. Nesse contexto, a produção científica estava orientada por dois impulsos principais: o compromisso com o campo das ciências, visando a busca pelo conhecimento e o desenvolvimento de teses e experimentos em suas diversas áreas; e as exigências políticas e econômicas das potências coloniais, que utilizavam os estudos científicos como meios para garantir suas colônias e manter sua hegemonia no campo intelectual.

Mais especificamente em relação à Guiana Francesa, a administração colonial francesa incentivou muitas viagens de reconhecimento territorial e no estudo da natureza guianense. Assim como podemos observar nas expedições analisadas no presente estudo, esses objetivos correspondiam também às tentativas de assegurar e vigiar suas zonas limítrofes. Entendemos que as estratégias coloniais em relação a seus territórios dependiam também da articulação entre a política e a ciência. Nesse sentido, os empreendimentos em relação às disputas coloniais, não somente no plano econômico e político, mas também no científico, dependiam das relações estabelecidas com os povos indígenas.

Com base nisso, o espaço em questão foi marcado pelo contato entre diferentes agentes sociais, cujas práticas, comportamentos e movimentações se deram por meio de complexas relações, sejam elas amistosas ou hostis. Essas relações desempenharam papéis importantes nas tentativas de colonização e na sobrevivência na dura realidade das expedições exploratórias. As relações de interdependência entre viajantes franceses e as etnias ameríndias das regiões de fronteira, por meio de acordos diplomáticos, relações comerciais e na subordinação de europeus aos saberes indígenas da floresta e dos caminhos fluviais, demonstram as muitas faces do processo de colonização e contato com as populações ameríndias, que eram comumente destacadas como vítimas ou alheias às ocorrências coloniais pela historiografia tradicional.

Os contatos interculturais na fronteira franco-portuguesa entre indígenas e franceses baseavam-se, além dos conflitos existentes entre esses grupos, em importantes alianças. Como aponta

a historiadora Eliane Fleck (2005, p. 314), as cenas de contato entre europeus e populações indígenas nas narrativas não revelam apenas o clássico encontro entre “civilização” e “barbárie” para definir a fronteira colonial, mas também evidenciam “[...] os processos de resistência, adaptação, transformação e criação que conferiram peculiaridades e originalidade ao processo por eles vivenciado”.

Durante um longo período das produções historiográficas sobre os povos originários, a historiografia limitou-se a enxergar as populações ameríndias como vítimas passivas e alheias às interferências colonizadoras na América Portuguesa. Esses indivíduos eram concebidos como um povo homogêneo e submisso às situações cotidianas e às decisões dos colonizadores. Essa conjuntura começou a mudar com a emergência de uma nova categoria de análise histórica, que permitiu enxergar além das entrelinhas do discurso civilizatório europeu, recuperando suas vozes e ações, muitas vezes silenciadas pela historiografia ou pelos documentos históricos disponíveis.

A “Nova História Indígena”, como passou a ser chamada, trouxe uma nova forma de interpretar o papel dos ameríndios, recuperando suas escolhas, ações e protagonismos, frequentemente apagados pela justificativa opressora da colonização. Na historiografia brasileira, surgiram muitos trabalhos com a proposta de contemplar a agência indígena em sua própria trajetória histórica, dando visibilidade à sua diversidade cultural e étnica, rompendo com a visão tradicional que enfatizava o estado “apático” dos ameríndios, geralmente reduzidos à passividade e à condição de mão de obra¹.

Conforme aponta John Manuel Monteiro (1994), um dos precursores da Nova História Indígena, a história dos grupos indígenas e suas interações com os colonizadores não pode ser compreendida sem considerar a agência e as respostas dos próprios indígenas a essas circunstâncias. Nessa perspectiva, os indígenas são reconhecidos como agentes de sua própria história, com estratégias próprias de resistência e adaptação. Assim, a interação entre indígenas e colonizadores não foi somente marcada por uma dinâmica desigual de poder, mas também por uma série de respostas ativas por parte dos indígenas, que buscavam negociar, resistir e adaptar-se às novas realidades impostas pela colonização (Monteiro, 1994, p. 18).

¹ Dentre a produção historiográfica brasileira, podemos citar algumas obras clássicas: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do séc. XVIII**. Lisboa: CNCDP, 2000. FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

As fontes de pesquisa destinadas à nossa análise constituem um conjunto de documentos muito interessantes para pesquisadores dedicados às narrativas específicas sobre o cotidiano de viagens, pois seu formato é quase paralelo aos diários. Desse modo, as chamadas “narrativas de viagem” serviram como registros vitais que moldaram o imaginário europeu sobre as terras distantes do Novo Mundo. Os primeiros inventários, diários, relatos e descrições atuaram como documentos essenciais para os primeiros séculos de colonização, inicialmente focados na fauna, flora e nas primeiras impressões sobre as populações exóticas e peculiares. No entanto, as narrativas dos viajantes dos séculos XVIII e XIX passaram a fazer parte de um rigoroso trabalho científico.

Para a historiadora Alida Metcalf (2019), no âmbito do conceito de “intermediário”, os viajantes e suas narrativas de viagem são exemplos do que a autora designa como “intermediários representacionais”. Trata-se daqueles que, por meio de escritos, desenhos, mapas e tradição oral, moldaram grande parte da mentalidade europeia sobre os indígenas e as terras do Novo Mundo. Nesse grupo, incluem-se viajantes, cartógrafos, cientistas-viajantes e cronistas, que podem ser considerados grandes produtores de representações e estereótipos, reservando às muitas etnias indígenas das Américas um lugar passivo e degenerativo (Metcalf, 2019, p. 32).

A leitura desses documentos revela um amplo leque de temas, incluindo o interesse pela História Natural, a paisagem física, descrições políticas e econômicas, bem como o fornecimento de saberes das populações ameríndias. Para esta pesquisa, será utilizada uma seleção de relatos contidos na obra de Francis Dupuy². O livro *Les arpenteurs des confins: explorateurs de l'intérieur de la Guyane, 1720-1860* reúne 12 textos que apresentam os relatos de viagem de exploradores dos séculos XVIII e XIX, contendo ricas informações históricas sobre a colonização na Guiana Francesa.

Dentre esses textos, quatro relatos foram escolhidos, sendo eles os que descrevem as expedições realizadas pelo sargento La Haye (1728-1729), a do botânico e médico Jean-Baptiste Patris (1766-1767), do geógrafo e engenheiro Simon Mentelle (1767) e de Claude Tony (1769), que se autodenominava “mulato livre da colônia”. A partir das narrativas, podem-se destacar algumas etnias indígenas das regiões das Guianas, incluindo os Armacoutoü, Roucoyennes/Wayana, Émirillons, Arramichaux e Amikouanes/Namycoüanne. Também é relevante destacar os trajetos hidrográficos

² Francis Dupuy é antropólogo e professor da Universidade de Poitiers e membro do Centro de Educação e Pesquisa em Etnologia Laboratório Nativo Americano de Etnologia e Sociologia Comparada (Universidade de Paris Ouest Nanterre La Défense e CNRS).

percorridos pelos exploradores, com os rios Oyapock, Camopi, Yary/Jari, Maroni, Araoua e Amazonas servindo como rotas fluviais nas quatro viagens pelo interior da Guiana Francesa e da colônia vizinha.

De modo geral, as narrativas de viagem ocupam um lugar privilegiado no estudo das traduções culturais, devido às ricas descrições sobre os lugares visitados e as populações nativas. O historiador Peter Burke (2004) argumenta que, nesses encontros interculturais, era comum ocorrerem duas reações opostas diante da experiência de contato. A primeira seria negar ou ignorar a diferença cultural; a outra, assimilar os outros a si mesmos por meio da analogia, seja de forma consciente ou inconsciente (Burke, 2004, p. 154).

As contribuições metodológicas de Ilka Boaventura Leite (1996) e Mary Anne Junqueira (2011) para as narrativas de viagem, especialmente aquelas que abordam discussões sobre análise discursiva, foram essenciais para a análise do presente *corpus* documental. Segundo Junqueira, cada relato de viagem é único, e o historiador deve manter uma proximidade crítica com a fonte, atentando-se a aspectos como o “lugar de enunciação”, o universo cultural do autor, o período em que viveu, e como ele registrou e publicou seu relato (Junqueira, 2011, p. 47). Esses fatores são cruciais e revelam muito sobre o viajante, pois seu relato é moldado por seu universo cultural, pelas demandas de sua época e, sobretudo, por sua maneira de conceber o “Outro” e de se posicionar no mundo.

Para Leite, as narrativas de viagem em contextos coloniais, diretamente influenciadas pelo imaginário de uma sociedade, podem ser consideradas como um discurso sobre o Outro. No entanto, essa perspectiva não é suficiente para refletir sobre a literatura de viagem apenas como um instrumento de dominação, pois toda representação o é. É interessante pensá-la, também, como um “[...] veículo de expressão ou manifestação de cultura, enquanto tentativa de interpretar e compreender o Outro” (Leite, 1996, p. 22).

A partir dessa abordagem, questiona-se que a percepção dos viajantes sobre os povos que encontravam era descrita com base em noções filtradas por sua própria cultura, o que resultava em julgamentos e visões eurocêtricas. Essas visões, muitas vezes marcadas por estereótipos, frequentemente permeavam o imaginário europeu, algo muito comum em relatos de viagens sobre as Américas.

Conhecimentos naturais nas fronteiras: cientificismo europeu e conhecimentos indígenas em zonas fronteiriças amazônicas

O espaço amazônico, especialmente no período dos setecentos, começou a receber diversas expedições científicas com propósitos que abrangiam diferentes áreas do conhecimento. O domínio da natureza era claramente um dos principais pressupostos dos considerados "homens de ciência" para a realização de viagens que transformariam os sertões amazônicos em extensos laboratórios experimentais. Dada a configuração política na Europa e nas possessões coloniais nas Américas, não podemos deixar de mencionar que a ciência não estava à disposição apenas de seus praticantes e das academias intelectuais que a financiavam, mas estava também fortemente atrelada a políticas que visavam o uso do conhecimento a favor da expansão e conquista de territórios.

Conforme afirma o historiador Ronald Raminelli (2008), as disputas coloniais pela ocupação e expansão de territórios podem ser consideradas o combustível para que as monarquias se tornassem patronas das ciências, formando um corpo de funcionários capaz de conduzir o governo à distância e de cumprir os preceitos postulados pelas academias científicas (Raminelli, 2008, p. 10).

As expedições francesas de exploração e reconhecimento em regiões fronteiriças representam alguns dos mecanismos empregados pelos impérios ultramarinos para manter controle sobre suas posses. A relação que os domínios coloniais estabeleciam com diversas etnias variava conforme diferentes interesses. Por um lado, muitos grupos indígenas foram subjugados à escravidão, servindo ao desenvolvimento colonial como uma mão de obra ideal para os colonos franceses. Por outro lado, também era comum a formação de alianças entre certas etnias e os colonizadores, como no caso dos indígenas que se aliavam aos franceses. Esses aliados atuavam como verdadeiros vigilantes nas áreas entre os rios e no interior das matas, protegendo o território de possíveis invasões de outras potências rivais.

A passagem de viajantes naturalistas no território amazônico mobilizou muitos estudos que colocaram a natureza como foco principal. A catalogação de vários espécimes de plantas e animais, os estudos astronômicos, o desenvolvimento cartográfico e as pesquisas em geodésia delinearão as principais pesquisas sobre as Américas. Como produto dessas expedições, das quais inúmeros livros e outros materiais foram elaborados para divulgar as descobertas realizadas, podemos destacar as narrativas de viagem como parte da produção científica que reunia os registros feitos pelos

exploradores durante suas jornadas. Apesar de esses escritos atenderem às normas que as ciências exigiam, quanto à objetividade e à esquematização dos conteúdos que seriam incluídos, os discursos não estavam isentos da subjetividade de seus autores. As representações que enquadravam a região amazônica no imaginário da sociedade europeia também partiam das concepções dos considerados cientistas-viajantes.

A representação das fronteiras políticas era um objetivo constantemente buscado nesse período. Entre os séculos XVII e XVIII, o Império francês liderava o campo científico europeu. Áreas como Geografia, Cartografia, Astronomia e Matemática eram recursos prioritários da realeza e da burguesia francesa em ascensão. Com o domínio dos mapas, buscava-se a precisão de longitudes e latitudes que permitissem um controle mais eficiente da natureza e do território. Muitas vezes, as expedições científicas nas Américas promoviam descobertas e a comprovação de conhecimentos ainda não testados. As medições das latitudes próximas à linha do Equador, por exemplo, ilustram alguns dos avanços científicos proporcionados pelas viagens exploratórias.

Nesse sentido, a circulação desses viajantes pelo interior das Guianas e pelos intricados rios amazônicos está inserida em um contexto de exploração e disputa entre as potências europeias pelos territórios fronteiriços coloniais. Assim, falar de fronteiras amazônicas é evocar as inúmeras tentativas, mais ou menos bem-sucedidas, de delimitar seus limites por meio de acordos diplomáticos e confrontos diretos. A diversidade social e histórica do espaço amazônico torna suas fronteiras um lugar excepcional de experiências culturais, um terreno privilegiado de alteridades, onde diferentes agentes sociais se entrecruzam devido às conjunturas históricas. No entanto, por meio das narrativas, essa lógica torna-se ambivalente, pois esses encontros podem se transformar em desencontros quando são deslocados de suas realidades e temporalidades pela perspectiva de seus leitores, resultando na afirmação de estereótipos sobre o Outro.

Como salienta Nívia Pombo (2010), no século XVIII, dominar a fauna e a flora das colônias ultramarinas tornou-se um dos principais objetivos das pautas reformistas dos Impérios Ultramarinos. Nesse contexto, Inglaterra e França destacavam-se como pioneiras na criação de centros de estudos voltados para identificar, classificar e aclimatar plantas. Desde o século XVII, já investia em estudos botânicos realizados no Jardim Real de Plantas Medicinais de Paris (1640) e em viagens conduzidas por naturalistas em seus territórios coloniais no Índico e no Atlântico (Pombo, 2010, p. 54).

Mary Louise Pratt salienta que, a partir da primeira metade do século XVIII, as expedições científicas tornaram-se um meio promissor de encontros, experiências e recursos para formar complexas alianças entre as elites comerciais e intelectuais de toda a Europa. Dessa forma, a exploração científica tornou-se um dos alvos mais cobiçados pelos Estados europeus e, por conseguinte, uma fonte de alguns dos mais poderosos aparatos ideológicos e simbólicos, por meio dos quais vários indivíduos se relacionavam com outras partes do mundo. Nesse contexto, vale mencionar a expedição de Charles La Condamine, que foi um dos primeiros exemplos a inaugurar essa nova tendência nas expedições exploratórias com intuítos científicos, marcadas pela documentação e pelo estudo do espaço e dos seres vivos que nele habitavam (Pratt, 1999, p. 52-53). Os textos de La Condamine podem ser considerados um marco na história das ciências no período colonial, tanto pelos resultados práticos que o cientista francês alcançou em sua passagem pelas Américas, quanto pela grande influência exercida sobre as próximas gerações de cientistas-viajantes que viriam para esse continente.

Nesse contexto, a classificação e interpretação do mundo natural no período setecentista tornou-se mais do que uma prática pautada na observação empírica; consolidou-se como uma grande área das ciências, responsável pela criação de jardins botânicos e pela orientação dos impérios ultramarinos na inserção nas redes de produção e descobertas científicas. Em grande medida, os cientistas-viajantes faziam parte de alguma subárea da História Natural ou estavam ligados a ela. Dessa forma, passou-se a valorizar a atuação desses homens de ciência nos espaços coloniais, cujas fronteiras permitiam a circulação de animais, pessoas, plantas e saberes científicos tanto europeus quanto indígenas.

Diante desse cenário, os estudos de maior complexidade eram realizados em laboratórios e nos jardins botânicos das metrópoles, onde os naturalistas dispunham de mais recursos para uma análise segura e precisa das espécies. Contavam, para isso, com obras especializadas recentes, instrumentos mais precisos e os avanços técnicos da época. Assim, buscava-se, por meio dos conhecimentos anatômicos e fisiológicos, reproduzir espécies de plantas e animais provenientes de terras distantes. Essa prática foi particularmente expressiva em Estados coloniais como França e Inglaterra, que se especializaram em criar grandes complexos dedicados a classificar, aclimatar e reproduzir espécies de diversas partes do mundo (Raminelli, 2008, p. 98).

Não podemos deixar de mencionar que a instalação de jardins botânicos na Amazônia colonial, bem como o cultivo e a descrição de espécimes de plantas locais, não seria possível sem a participação fundamental dos povos indígenas, que forneceram conhecimento sobre a natureza. O estudo das expedições científicas na Amazônia, assim como a produção e a circulação de conhecimento natural vinculadas às iniciativas das instituições coloniais, são temas amplamente investigados pela historiografia. Contudo, atualmente, há poucos trabalhos que exploram a participação e a atuação indígena nesse processo, principalmente no século XVIII.

Conforme afirmam os historiadores Rafael dos Santos, Frederick Matos e Nelson Sanjad (2021):

Menos conhecida é a participação dos povos indígenas nesse projeto colonial, sobretudo no Grão-Pará, onde representantes de várias etnias formavam a maior parte da mão de obra e dos efetivos militares, e foram fundamentais para que as autoridades coloniais e os naturalistas tivessem acesso a espécimes nativas e aos conhecimentos e às práticas a elas associados (Sanjad; Santos; Matos, 2021, p. 2).

Sobre o mundo colonial amazônico, mesmo que muitos documentos históricos não expressem diretamente as atuações indígenas em diversos aspectos do plano de colonização europeu, esses povos quase sempre estiveram envolvidos em viagens científicas, supervisionando caminhos e fornecendo saberes essenciais sobre a natureza. Esse é o caso, por exemplo, dos indígenas Valetim Mendes, Antônio da Silva, Cipriano Gomes e Ventura de Souza, apresentados por Sanjad, Santos e Matos, que desempenharam papéis importantes na implementação do Horto Botânico do Grão-Pará (1760-1810). Os autores analisam os itinerários desses indígenas, que foram igualmente importantes para a criação do Jardim Botânico de São José, destacando como seus conhecimentos sobre os territórios em que transitavam possibilitaram a troca de espécies entre Belém e Caiena. Dessa forma, os indígenas eram os mais aptos a realizar essas missões, devido ao seu profundo entendimento da geografia local e das dinâmicas políticas da região (Sanjad; Santos; Matos, 2021, p. 19).

Podemos citar, ainda, um trabalho que também prioriza os indígenas como agentes históricos que é a tese de doutorado defendida recentemente de Rafael dos Santos (2023) *“Melhores mestres...”*: *Saberes indígenas e ciência colonial no Vale Amazônico (século XVIII)*. Esse estudo analisa os papéis que as etnias indígenas desempenharam na circulação e construção do conhecimento na Amazônia colonial, redimensionando-os como protagonistas nesse processo. Segundo o historiador, a presença indígena nos projetos coloniais estava relacionada a finalidades como mão de obra em iniciativas agrícolas,

extração de madeira, construção de embarcações, coleta de drogas do sertão e outras atividades. Além disso, a centralidade indígena, por esse viés, foi também fundamental para localizar e compartilhar conhecimentos sobre os usos de diversos espécimes vegetais amazônicos, incluindo as mais famosas “drogas do sertão”, como o cravo, cacau, canela, urucum e baunilha (Santos, 2023, p. 55).

O desempenho dos indígenas em diversas instâncias do processo de colonização na Amazônia pode ser observado em muitas expedições realizadas por cientistas viajantes. Embora suas ações fossem frequentemente minimizadas pelo discurso europeu, o conhecimento científico sobre a diversidade das terras americanas só foi possível graças às populações nativas, que dominavam a geografia do espaço. Dessa forma, as práticas de coleta vegetal estavam alinhadas à experiência indígena sobre o seu próprio universo. Nas conhecidas “Viagens Filosóficas”, como analisa Pataca, o reconhecimento geográfico, a localização das plantas e as instruções para as viagens foram informações valiosas coletadas a partir do conhecimento indígena (Pataca, 2016, p. 96).

A pesquisa de Gabriele Berthou de Almeida (2020) “*Rios de conhecimentos: os povos das conquistas e expedições científicas na Amazônia e na África Oriental portuguesa (1780-1798)*” ilustra claramente como os saberes indígenas eram utilizados em expedições científicas na América Portuguesa. Os indígenas Cipriano de Souza e José da Silva ganharam destaque na investigação de Almeida como preparadores dos produtos naturais durante a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira. Além disso, os ameríndios também desempenharam papéis importantes no processo de catalogação de animais e plantas, incluindo seus usos alimentícios e medicinais. A historiadora apresenta numerosas referências às técnicas indígenas de cultivo, manejo e nomenclaturas nativas relativas à flora amazônica e à diversidade de animais para consumo. Um dos espécimes que Rodrigues Ferreira mais detalhou foram as palmeiras, pois ele acreditava que os usos praticados pelos indígenas poderiam ser expandidos nas colônias portuguesas (Almeida, 2020, p. 181).

A associação entre o conhecimento dos indígenas e os estudos botânicos europeus dinamizou a circulação de saberes em muitas fronteiras coloniais. Podemos afirmar que essa lógica estava intrinsecamente ligada às estratégias políticas das administrações coloniais, visando dominar o conhecimento de seus territórios e aliar-se àqueles que mais poderiam fornecê-lo. Nesse contexto, as viagens científicas e a apropriação dos saberes indígenas não podem ser consideradas apenas circunstâncias isoladas, mas devem ser entendidas como fenômenos sociais e culturais inseridos em um campo de normas, papéis e expectativas claramente definidos. Por conseguinte, a busca por

catalogar a natureza e ampliar o conhecimento estava diretamente ligada às estratégias de reconhecimento e domínio territorial, evidenciando o caráter político das práticas científicas.

De acordo com Maria Celestino de Almeida (2017), os indígenas sempre foram concebidos, na história das Américas, como força de trabalho ou como rebeldes que eram rapidamente vencidos, escravizados, aculturados, dominados e aniquilados pelos colonizadores. Suas ações não eram, de forma alguma, consideradas relevantes, e seus protagonismos eram sistematicamente ignorados. Diante desse cenário, a inclusão dos povos indígenas na condição de sujeitos possibilita novas interpretações históricas sobre sua presença no processo de colonização até os dias atuais (Almeida, 2017, p. 18).

Maria Fernanda Bicalho (1999) reitera que, no período em que as disputas ultramarinas dos países europeus se acirravam, as colônias nas Américas, especialmente a região amazônica, experimentaram um misto de voracidade pelo saber ilustrado e necessidades de conservação e expansão dos territórios coloniais. Esse contexto transformou esses territórios no centro de interesses de filósofos, naturalistas, exploradores e militares. Assim, durante o século XVIII, “a região amazônica seria devastada pelas expedições comandadas por cientistas de diversas nacionalidades”. A partir dessas expedições, as fronteiras da ciência e do saber se expandiram e se complexificaram pelo contato com fronteiras territoriais, articulando conhecimento e colonização (Bicalho, 1999, p. 32).

Em especial na fronteira franco-portuguesa, o processo de desenvolvimento científico consistiu no mapeamento e catalogação de recursos naturais, além da construção de jardins botânicos. Nesse contexto, a ciência funcionava como um meio de garantir a soberania territorial e proteger os interesses estratégicos das potências coloniais. Assim, embora fundamentada em preceitos de racionalidade e progresso, a ciência desempenhou um papel ambivalente: ao mesmo tempo que buscava entender e organizar a natureza, servia como uma ferramenta de dominação e exploração.

Apesar desse contexto, os povos indígenas desempenharam um papel crucial na construção do conhecimento sobre a natureza amazônica. Por meio de seu profundo entendimento do território, contribuíram significativamente para as descobertas botânicas, zoológicas e cartográficas que fundamentaram muitos dos avanços científicos da época. No entanto, seus saberes foram frequentemente silenciados ou apropriados de forma subalterna nas narrativas das expedições. Embora os conhecimentos indígenas tenham sido fundamentais para a exploração e documentação da flora, fauna e geografia da Amazônia, eles foram apropriados sem o devido reconhecimento.

As expedições dependiam diretamente da experiência indígena para a localização de recursos, navegação e sobrevivência, mas as narrativas científicas frequentemente os reduziram a meros "assistentes" ou, pior, a "obstáculos" ao progresso europeu. Essa invisibilização das contribuições indígenas reflete um padrão estrutural de marginalização dos saberes não europeus.

Diante dessa lógica, portanto, a contribuição indígena vai além de sua atuação como mão de obra no período colonial — aspecto já amplamente explorado pela historiografia. Essa contribuição estende-se ao uso dos saberes indígenas para o conhecimento científico sobre a natureza. Isso demonstra que esses indivíduos não foram essenciais apenas pela força de seus braços em trabalhos físicos e árduos, mas também se mostraram muito importantes como instrutores e detentores de saberes indispensáveis no domínio da natureza, geografia, cartografia e hidrografia (Santos, 2023, p. 60).

“Os canalhas viram bem que precisávamos deles”: atuações e saberes indígenas em expedições francesas do século XVIII

A presença indígena em expedições francesas no território fronteiro franco-português esteve ligada a muitas atividades essenciais que permitiram o reconhecimento da natureza guianense, assim como dos diferentes grupos nativos que habitavam a região. A agência desses indivíduos no contexto colonial setecentista, onde as potências ibéricas estavam em constante vigilância de seus limites e à procura de brechas para ampliar suas possessões, foi notória mesmo em situações em que os viajantes recorrentemente subjugavam suas decisões, mas nunca renunciando a seus conhecimentos e alianças. O nosso interesse particular é compreender a apropriação dos saberes indígenas pelos viajantes franceses e os papéis ameríndios durante as viagens.

Durante a primeira metade do século XVIII, as rotas fluviais amazônicas ainda eram pouco conhecidas e mapeadas pelos europeus devido ao lento reconhecimento das vastas possessões coloniais. A passagem pelo rio Jari, frequentemente percorrida pelos viajantes, era marcada pelos temíveis "saltos" — enormes e estreitas cachoeiras típicas da região. Apesar de pouco validado pelos padrões científicos europeus, o conhecimento indígena sobre esses caminhos era essencial para os agrimensores. Os ameríndios desempenhavam várias funções fundamentais: atuavam como pilotos, remeiros, mediadores, guias, vigilantes, construtores de embarcações e coletores. Além disso, eram

frequentemente consultados como fontes de conhecimento sobre o mundo natural, contribuindo significativamente para as pesquisas científicas europeias.

As viagens que compõem as fontes documentais analisadas ocorrem em uma zona fronteira constantemente disputada entre os impérios francês e português. O envio frequente de grupos e tropas expedicionárias reflete os intensos deslocamentos territoriais e marítimos, característicos do fluxo contínuo de representantes das metrópoles europeias, visando à expansão colonial e à exploração econômica da fronteira franco-portuguesa. As condições sociais deste espaço fronteiro evidenciam redes complexas de sociabilidade que influenciavam as políticas de proteção das colônias, através de alianças e tratados entre as potências. Considerando a presença de diversos atores no processo de demarcação e manutenção das fronteiras, esses indivíduos não agiam isoladamente; suas ações eram mediadas por estratégias adaptadas às circunstâncias específicas em que operavam.

As interações entre indígenas e viajantes europeus em contextos coloniais revelam as diversas maneiras pelas quais os encontros interculturais foram estabelecidos e interpretados. Embora os relatos dos viajantes franceses sejam marcados por uma perspectiva eurocêntrica e generalizante, esses documentos refletem suas próprias experiências socioculturais, oferecendo informações valiosas sobre a vida cotidiana indígena, incluindo suas práticas, formas de existência e estratégias de sobrevivência. Além disso, a importância das alianças com as populações indígenas demonstra que o controle dos limites ibéricos na Amazônia colonial dependia significativamente mais dos acordos locais estabelecidos com os grupos residentes do que dos tratados políticos entre os impérios, destacando a complexidade das relações sociais e políticas nas fronteiras.

Em espaços coloniais como a fronteira entre a Guiana Francesa e a Guiana Portuguesa do século XVIII, onde as dinâmicas sociais são intensas e complexas, os parâmetros teóricos da crítica literária Mary Louise Pratt, através do seu conceito de “zona de contato”, são muito válidos. Eles permitem compreender que as ações das populações ameríndias, em contato com os exploradores franceses, não se encaixam simplesmente em padrões que as relembram ao papel de “vítimas” com condutas passivas. Ao contrário, essas populações tinham presença ativa e significativa nos contextos em que estavam inseridas. Embora a perspectiva de contato de Pratt reconheça as relações desiguais de poder, ela enfatiza que as interações entre colonizadores e colonizados devem ser vistas não como segregadas, mas como espaços de presença comum e práticas interligadas (Pratt 1999, p. 32).

Segundo Pratt, essas "zonas de contato" são locais de encontros coloniais onde indivíduos de origens geográficas e históricas distintas interagem e estabelecem relações contínuas. A autora argumenta que, enquanto o termo "fronteira colonial" pode sugerir uma perspectiva expansionista europeia, o termo "contato" é empregado para ressaltar as dinâmicas interativas e improvisadas dos encontros coloniais. Estas dimensões, frequentemente minimizadas ou ignoradas em relatos que adotam uma visão civilizatória, são cruciais para entender as complexidades desses espaços (Pratt, 1999, p. 31).

Além disso, ainda a partir de Mary Louise Pratt, a apropriação de saberes indígenas por viajantes pode ser compreendida como um processo de "transculturização" que ocorre na zona de contato: um espaço de encontro cultural marcado por relações profundamente desiguais de poder. Nessa leitura, não se trata de "transferência neutra" de informações nem de simples assimilação do conhecimento indígena pelo europeu. Trata-se de uma reconfiguração ativa do saber quando ele atravessa o circuito colonial — e essa reconfiguração é justamente o ponto central da transculturização (Pratt, 1999, p. 30).

Dito isso, o saber indígena, originalmente ligado a práticas coletivas, territorialidade, oralidade e a sistemas próprios de validação (experiência, transmissão, rituais, restrições de uso, responsabilidades coletivas), é selecionado pelo viajante conforme sua utilidade para objetivos externos (sobrevivência, exploração, comércio, cartografia, prestígio científico). Em seguida, ele é traduzido para linguagens vistas como "dominantes" (diário, relato, catálogo naturalista, mapa), operação que altera sua forma e seu sentido: o que era um conhecimento situado vira "dado" transportável. Depois, esse saber é reenquadrado por categorias do centro (natureza/recurso, ciência/crença, medicamento/princípio ativo), frequentemente retirando dele aquilo que o tornava inteligível dentro do mundo indígena. Por fim, é renomeado e institucionalizado — classificado, publicado, arquivado, integrado a redes acadêmicas e econômicas — de modo que passa a circular como patrimônio do colonizador. Nesse percurso, a transculturização evidencia que a "aquisição" do conhecimento inclui também perdas e substituições: perde-se contexto, perde-se autoria, perde-se o vínculo político com quem produziu e guardou aquele saber.

O papel ativo dos ameríndios em contextos coloniais implica no reconhecimento de um protagonismo indígena que impacta sobre os eventos históricos do passado, exigindo um redimensionamento de suas ações na história da colonização na Amazônia do período colonial. A

compreensão da história indígena a partir da perspectiva contemporânea permite incorporar esses protagonismos em diversas situações históricas, desafiando os discursos estabelecidos sob perspectivas eurocêntricas e civilizatórias (Coelho; Rocha, 2018, p. 469).

Longe de serem meros espectadores, os indígenas assumiam a liderança em diversas funções, enfrentando responsabilidades desafiadoras que facilitavam o trânsito terrestre e náutico pelas densas matas e rios amazônicos. Dessa forma, a agência dos ameríndios nas expedições pode ser entendida como um poder que lhes permitia não apenas agir, mas também provocar mudanças em suas circunstâncias. Nesse contexto, a capacidade de agir representa uma forma de poder exercida nas interações sociais (Giddens, 2003, p. 32).

Os povos indígenas, antes retratados como figuras secundárias e vítimas passivas de um processo violento que invisibilizava suas capacidades de ação, passaram a ser reconhecidos como agentes sociais ativos. Suas iniciativas e escolhas são agora vistas como fundamentais para compreender os processos históricos vivenciados por eles. Essas novas perspectivas oferecem uma visão mais ampla de suas trajetórias e, por extensão, da própria história do Brasil (Almeida, 2010, p. 9-10). De personagens secundários ou meros figurantes nos bastidores das narrativas históricas, as populações indígenas, com essas novas concepções teóricas, passaram a ser concebidas como protagonistas, destacando-se sob holofotes que evidenciam suas ações nas pesquisas.

Entre as muitas atividades exercidas pelos indígenas, destacam-se algumas que receberam especial atenção nas observações dos viajantes. Atuavam como guias, intérpretes (carannes), canoeiros, pilotos, remeiros, informantes consultados sobre a natureza amazônica e carregadores de diversos produtos requisitados pelos exploradores. É importante ressaltar que os indígenas não desempenhavam apenas uma função, pois acumulavam várias tarefas simultaneamente, sendo a principal força de trabalho nas expedições.

Para além das trocas interculturais possibilitadas pelas relações franco-indígenas, a convivência nas expedições — especialmente aquelas com pretensões científicas — favorecia a circulação de saberes na fronteira entre as Guianas Francesa e Portuguesa. Enquanto para as Coroas ibéricas tratava-se de um território delimitado por uma linha demarcatória, para os indivíduos que transitavam por essas fronteiras era um espaço de contato, onde coexistiam diversas formas de interação entre diferentes atores históricos (Comissoli, 2021, p. 118).

Com base nas quatro narrativas de viagem, observamos descrições sobre as etnias indígenas repletas de percepções e generalizações. A produção literária desse período estava profundamente comprometida com uma visão colonialista e eurocêntrica, voltada à construção discursiva dos nativos que de alguma forma sustentassem as justificativas para suas ações de dominação (Leite, 1997, p. 40). Em muitos momentos, os viajantes suprimem as atuações indígenas, ignorando, sobretudo, as interpretações que esses indivíduos faziam dos perigos que se apresentavam a eles. Essas interpretações eram frequentemente interpretadas de forma pejorativa, como sinais de má vontade, rebeldia, preguiça e outros adjetivos negativos que reforçavam essas percepções.

As expedições exploratórias eram viagens que podiam durar meses ou até anos para serem concluídas. A sobrevivência durante esse período dependia, sobretudo, do contato dos viajantes com as comunidades indígenas da região, que forneciam diversos produtos e a mão de obra essencial para o deslocamento. Na expedição relatada por Claude Tony, liderada por Jean-Baptiste Patris, a tripulação das canoas era composta por indígenas das proximidades do rio Camopi, um dos quais, identificado como Abraão, atuou como piloto da embarcação. Além dele, dois intérpretes indígenas foram requisitados, pertencentes às etnias Armacoutou e Calcuchénne (Dupuy, 2012, p. 51).

Antes de partirem, era comum que os viajantes realizassem certos preparativos para a viagem. Isso incluía organizar produtos com potencial econômico para os ameríndios. Tony nos oferece uma breve nota sobre a importância de levar itens para serem comercializados com os indígenas, como “[...] alimentos e mercadorias comerciais para os índios, compostos de machados, sabres, ganchos, enxadas, espelhos, vidros, facas, pentes e alguns panos”³. Esses objetos eram valorizados pelos indígenas e frequentemente exigidos pelos nativos como parte das negociações para firmarem o *banaré*, em troca de canoas, mantimentos e outros produtos indígenas que também eram reconhecidos pelos franceses por sua utilidade e vantagens. Em linhas gerais, as relações de *banaré* eram vínculos amistosos, formados por meio de trocas de objetos ou mantimentos entre franceses e indígenas na região da Guiana Francesa.

³ Decidimos incluir as citações das passagens das narrativas no corpo do texto em sua versão traduzida para facilitar a compreensão dos leitores. No entanto, reconhecemos a importância de apresentar também as citações no idioma original, a fim de preservar a autenticidade e precisão das palavras, frases ou expressões que podem ter sido modificadas durante o processo de tradução. Assim, segue o trecho em francês: [...] soit de vivres et d’objets de traite les Indiens, consistant en haches, sabres, serpes, houes, miroirs, verroteries, couteaux, peignes, et quelques toileries (Dupuy, 2012, p. 51).

As embarcações construídas pelos indígenas residentes da Guiana Francesa eram notáveis e muito apreciadas pelos franceses. Tratava-se de canoas monóxilas (canoas de tronco), geralmente feitas de palmeiras, elaboradas por meio de um processo que envolvia sua abertura e escultura com o uso do fogo. As maiores canoas podiam transportar, em média, até 50 pessoas, sendo firmes diante das fortes correntezas e capazes de percorrer grandes distâncias. Essas embarcações eram utilizadas principalmente pelos indígenas em suas constantes migrações forçadas, causadas por conflitos interétnicos, o que os levava a ensinar desde cedo suas técnicas às crianças, tanto para construir quanto para pilotar as embarcações (Hurault, 1972, p. 46).

A barreira linguística era mais um motivo pelo qual os viajantes necessitavam de intérpretes indígenas para mediar suas relações com outros grupos. Para solicitar o trabalho de outros nativos, era indispensável que os intérpretes atuassem como seus representantes. Nesse contexto, essa função desempenhava um papel imprescindível, pois, além de viabilizarem a comunicação entre os franceses e as etnias indígenas, eram eles que, em alguns momentos, também negociavam em nome dos viajantes. Na realidade ameríndia da fronteira franco-portuguesa, o processo de reconhecimento territorial era profundamente influenciado pela atuação indígena, que, embora pouco reconhecida, foi decisiva na defesa e expansão dos limites territoriais. Dito isso, a agência dos nativos ameríndios nas expedições francesas pode ser entendida como estratégias culturais e políticas que criaram e renovaram identidades duradouras em um contexto de mudanças e discontinuidades (Monteiro, 2001, p. 56).

Partindo do conceito de “intermediários”, elaborado por Alida Metcalf a partir da análise dos papéis de indígenas mediadores nas relações entre os mundos ameríndio e português no processo de colonização, é possível estendê-lo ao estudo dos intérpretes indígenas na fronteira franco-portuguesa. Para Metcalf, “intermediários” são aqueles que viabilizavam o diálogo entre lados culturalmente distintos, atuando como facilitadores de encontros e alianças e influenciando, de modo fundamental, a emergência dessa relação entre dois mundos (Metcalf, 2019, p. 22).

A presença de um intérprete indígena é mencionada por Tony como uma figura central na mediação das relações de banaré. Nesse caso, o papel de intérpretes indígenas pode ser considerado como uma peça-chave responsável por estabelecer o primeiro contato com outras populações indígenas, facilitando possíveis alianças, trocas e o acesso à hospitalidade da comunidade ameríndia. Tony destaca, por exemplo, a presença de dois intérpretes indígenas no início da viagem, detalhando

até suas origens étnicas. Isso reforça que as expedições francesas no interior guianense seriam inviáveis sem a presença desses indivíduos.

[...] Nosso intérprete, tendo-o saudado pegando sua mão e assegurando-lhe que éramos amigos deles, eles conversaram um pouco juntos e depois nos disseram que podíamos passar. Ele começou a caminhar à nossa frente com grande rapidez, também para relatar de nossa chegada⁴.

No relato do sargento La Haye, é evidente a importância que os indígenas exerciam sobre a expedição e o pouco poder de decisão por parte dos viajantes, o que frequentemente colocava o sargento em situações de desconforto e constante defensiva. Nesse contexto, podemos considerar que a viagem de La Haye foi a expedição que mais ofereceu uma visão abrangente da presença indígena em diferentes atividades. Isso se deve ao fato de que, em comparação com outras expedições realizadas na década de 1760 na Guiana Francesa, quase quarenta anos após La Haye, as expedições do início do século XVIII não contavam com mapas ou cartografias detalhadas da região, tornando-as ainda mais dependentes do conhecimento nativo.

A passagem de La Condamine pela Guiana Francesa em 1744, assim como a de Simon Mentelle em 1767, contribuiu significativamente para o desenvolvimento cartográfico da região, oferecendo uma das primeiras medições latitudinais próximas à linha do Equador naquele território. Nesse contexto, o período em que ocorreu a viagem de La Haye havia sido pouco explorado; a maior parte das colônias localizava-se no litoral, enquanto o interior permanecia amplamente desconhecido pelos franceses. Sem o apoio de mapas detalhados ou de colonos familiarizados com a região, a mobilidade pelos rios e caminhos terrestres dependia quase que exclusivamente do uso de guias ameríndios.

Os intérpretes indígenas na Guiana Francesa eram denominados como Carannes. Geralmente, desempenhavam o papel de mediadores nos contatos entre franceses e indígenas, agindo tanto em defesa de seus próprios interesses e dos interesses de seus grupos, quanto intercedendo em nome dos viajantes para estabelecer trocas comerciais, firmar alianças e atuar como o principal canal de comunicação entre eles. Em outros contextos coloniais, como em Belém, os intérpretes indígenas eram conhecidos como línguas. Esses agentes atuavam como interlocutores e eram vistos de maneira

⁴ [...] Notre interprète l'ayant salué en lui prenant la main et en l'assurant que nous pouvions passer. Il s'est mis à marcher devant nous avec une grand vitesse, pour aller rendre compte aussi de notre arrivée (Dupuy, 2012, p. 54).

singular pelos colonizadores portugueses, por serem os primeiros a contatar outros membros de suas nações, com o objetivo de descê-los aos aldeamentos (Dias, 2017, p. 25).

Alida Metcalf classifica a figura dos intérpretes que atuam em espaços fronteiriços — onde os poderes do Império se mostram mais enfraquecidos — como intermediários “transacionais”. Esses intermediários transacionais compõem grupos formados por tradutores, negociantes e mediadores culturais. Em geral, são indivíduos de lealdades complexas e mutáveis, cujos poderes de persuasão e margem de arbitrariedade são acionados nos processos de negociação (Metcalf, 2019, p. 31).

Na narrativa de La Haye, observamos que a posição dos indígenas intérpretes como interlocutores era a função que mais despertava a desconfiança e o descontentamento do viajante, especialmente em relação à dependência da presença indígena para o avanço da expedição. No trecho a seguir, é possível identificar uma situação em que o viajante relata as ações dos intérpretes com outros ameríndios, baseando-se em uma perspectiva totalmente suspeita:

[...] Errei ao manter dois que não paravam de falar contra nós, e esses dois haviam me pedido para ficar conosco, especialmente um chamado La Gernoulie e outro Piriou, que continuava proibindo os Armacoutoü de nos mostrar o caminho, e de nos dizer ou ensinar qualquer coisa, até mesmo dizer-lhes que se estivéssemos obstinados em ver o rio, para dizer que não tinham comida, o que os Armacoutoüs não deixaram de dizer quando uma grande parte chegou aonde estávamos. Dei a cada chefe um chapéu; perguntamos a eles de onde vinha o rio Cougary; tendo sido proibidos, eles nos falaram o contrário, fazendo monstros desse rio, nos dizendo que a cem dias dali encontraríamos passagens bloqueadas, que haveria uma queda d'água terrível, que os peixes se matavam caindo nela e que a água reaparecia por baixo de uma abóbada, e que sob essa abóbada, estava cheio apenas de serpentes monstruosas que corriam atrás de nós. Dissemos a eles que arrastaríamos nossas canoas pela floresta. Eles responderam que era impossível, que era uma grande montanha de cada lado e que havia tigres monstruosos que eram feitos como maripoures (tapirs), tinham as pernas do mesmo jeito e os pés, o pelo preto e da mesma espessura que o maripoury; que assobiavam da mesma forma⁵.

⁵ [...] Je me trompais en ayant gardé deux qui ne cessaient de parler contre nous, et ces deux-là meme m'avaient demandé à rester avec nous particulièrement un nommé La Gernoulie, Piriou, qui ne cessait de défendre aux Armacoutoül de nous montrer le chemin, et de rien nous dire ni enseigner, jusqu'à leuf dire que si nous étions entêtés d'aller voir la rivière, de dire qu'ils n'avaient pas de vivres, oe que les Armacoutoüs n'ont pas manqué de dire quand une grande partie ont été arrivés où nous étions. Je leur donnai à chaque capitaine un chapeau; nous nous sommes informés d'eux d'où s'écoule le Cougary ; leur ayant été défendu, ils nous ont parlé tout à rebours, nous faisant des monstres de cette rivière, nous représentant qu'à cent journées de là nous trouverions les passages bouchés, que ce serait une chute d'eau épouvantable, que le poisson se tuait en y tombant et que l'eau reparaisait par dessous une voûte, et que desSOus cette voûte, iln'était rempli que de serpents monstrueux qui courraient après nous. Nous leur avions dit Nous trainerons nos canots par dedans le bois Ils nous ont répondu que c'était impossible, que c'était une grosse montagne de chaque côté et quil y avait des tigres monstrueux

É perceptível no texto como o sargento La Haye constrói uma visão que reduz as ações dos ameríndios, especialmente dos *carannes* indígenas, a uma perspectiva que os apresenta como dissimulados. O viajante, ao longo de sua narrativa, vai progressivamente elaborando argumentos sobre os impasses da viagem, como a existência de grandes saltos ou de animais perigosos, tratando-os como invenções criadas pelos indígenas para evitar a continuidade da expedição. Os intérpretes denominados como La Gernoulie e Piriou são explicitamente acusados de impedir os viajantes de se comunicarem ou aprenderem qualquer coisa com os Armacoutoü. Se estavam ou não dificultando a comunicação de La Haye, é evidente que a intencionalidade em suas falas era apresentar esses intérpretes como indivíduos ardilosos, transformando-os em figuras pouco confiáveis. Por trás desse discurso está uma realidade colonial em que, quando os indígenas não eram retratados sob uma ótica de opressão — como seres apáticos ou vítimas vencidas e dominadas —, eram frequentemente descritos nas narrativas de conquista e colonização como traiçoeiros e mentirosos (Almeida, 2017, p. 19).

[...] Fiquei incrédulo com todos esses discursos e os chamei de mentirosos, covardes e canalhas. Mandeí cortar uma árvore de três metros e meio para fazer uma canoa. Os índios maus, vendo isso, resolveram partir novamente e caçaram furtivamente mais dois do nosso povo que levaram embora o calado do Rei que lhes havíamos dado para não nos abandonarem e trabalharem na canoa. Se os nossos Carannes tivessem feito o mesmo, teríamos de nos afastar, mas eles sempre foram fiéis. Fomos obrigados a abandonar a nossa grande canoa para fazer duas pequenas de madeira macia, porque os índios são fáceis de acreditar nas suposições tais como outros lhes contaram. Jamanon, tal era o nome de um Caranne, nos alertou sobre essas loucuras e essas malandragens dos índios, o que nos confortou.⁶

Em outros fragmentos do texto de La Haye, percebe-se, ainda, que na construção discursiva do viajante, os indígenas que não atendiam aos seus propósitos eram qualificados como pouco confiáveis. Os "maus índios", portanto, eram aqueles que não cooperavam com seus objetivos, enquanto os indígenas considerados "fiéis" eram aqueles que não mediam esforços para orientá-lo e

qui étaient faits comme des mâripoures (tapirs), avaient les jambes de même et les pieds, le poil noir et de la même grosseur que le maripoury; qu'ils sifflaient de même (Dupuy, 2012, p. 18).

⁶ [...] Ils disaient aussi que les Portugais venaient au pied de ce saut, et qu'ils s'en retournaient. J'ai été incrédule à tous ces discours et les traitais de menteurs, de peureux et de canailles. J'ai fait abattre un arbre de douze pieds de tours, pour faire un canot. Les mauvais Indiens, voyant cela, prirent le parti de repartir et débauchèrent deux autres de nos gens qui ont emporté la traite du Roi que nous leur avions donnée pour ne nous point quitter et travailler au canot. Si nos Carranes en avaient fait autant, nous aurions été obligés de nous en retourner, mais ils ont toujours été fidèles. Nous avons été obligés d'abandonner notre grand canot pour en faire deux petits de bois mou, parce que les Indiens sont faciles à croire les suppositions telles que les autres leur disaient. Jamanon, tel était le nom d'un Caranne, nous avertit de ces fouteries et de ces canailleries d'Indiens, ce qui nous reconforta (Dupuy, 2012, p. 18).

ajudar na continuidade da viagem. É interessante notar que o sargento também afirma que os nativos são "fáceis" de acreditar no que outros indígenas dizem, sendo essa percepção foi transmitida a ele por seu próprio *caranne*, Jamanon. Nesse sentido, mesmo em casos em que os viajantes demonstravam grande desconfiança em relação aos indígenas, podemos perceber até que ponto os intérpretes nativos influenciavam a percepção do sargento diante das situações que ele vivenciava.

Ademais, a experiência ocular do viajante evidencia de maneira bastante superficial as ações dos indígenas, utilizando adjetivos depreciativos que explicitam a intenção generalizante do relato. O indígena não aparece na narrativa como um indivíduo dotado de opiniões e motivações próprias, mas sim como um ser naturalmente ardiloso. Dessa forma, a retórica da alteridade atua na maneira como o enunciator descreve os nativos e elabora suas interpretações sobre eles em determinados acontecimentos. Essa prática descritiva, de forma consciente ou inconsciente, produz um efeito que faz o leitor "ver" e "crer" naquilo que está sendo enunciado (Hartog, 1999, p. 270).

Com efeito, as situações de contato intercultural, como as analisadas entre viajantes franceses e indígenas nas expedições, podem oferecer modelos explicativos sobre as normas culturais que eram redigidas durante esse período nas sociedades europeias e nas colônias. Além disso, revelam as formas como o comportamento e as práticas indígenas eram percebidas pelos viajantes. Em contrapartida, também podem evidenciar a valorização — ou a falta dela — das populações indígenas, bem como suas formas de resistência e aversão a qualquer tipo de submissão (Fleck, 2005, p. 316).

De forma semelhante aos relatos de La Haye, os registros de Mentelle, em alguns momentos, também assumem um tom depreciativo e de desconfiança. Isso ocorre, por exemplo, quando os indígenas que os acompanhavam nas canoas avisam o geógrafo e seus companheiros sobre o mau tempo, com intensas chuvas, que estava se formando, alertando para o risco de seguir viagem pelos rios.

O medo de que alguns dias de chuva levassem embora várias semanas de comida nos fez acelerar nossa marcha. Tivemos extrema dificuldade em encontrar as canoas necessárias para carregar nossa bagagem. Estávamos cercados por índios que, como aves de mau agouro, estavam ansiosos para prever infortúnios para nós: eles diziam

que nunca chegaríamos ao Maroni; se chegássemos lá e tentássemos descer o rio, nos afogaríamos⁷.

Com base nisso, o sentido da alteridade é exemplificado pelo olhar do viajante, cujo discurso reflete as convenções culturais e sociais de seu tempo. O Outro é compreendido, dessa forma, por meio de lentes que atribuem a seus comportamentos e decisões um status de desonestidade. Dito isso, nas narrativas de viagem, o que é retratado já está quase predeterminado pelas normas discursivas. Quando se trata, particularmente, de um viajante-cientista, torna-se ainda mais difícil que os registros estejam livres das percepções que os influencia (Franco, 2011, p. 81).

Ademais, torna-se ainda mais evidente que, nas ocasiões em que os indígenas apontavam as dificuldades da viagem ou, diante de algum perigo iminente, se recusavam a continuar com os viajantes, eram vistos como contrários ao sucesso da expedição. Descritos de forma hiperbólica e comparativa como "aves de mau agouro" que os cercavam de negatividade, esses exageros ilustram como os indígenas eram subvertidos nas narrativas. Mesmo em situações em que os viajantes dependiam de suas instruções, o olhar civilizatório permeava a interpretação desses sujeitos, traduzindo-os de forma enviesada.

Nesse sentido, o operador da tradução, ao utilizar a comparação, filtra o Outro através dele, buscando criar uma percepção ajustada às convenções do observador. Assim, essa prática serve como uma garantia ao olhar do viajante, com o objetivo de convencer seu destinatário (Hartog, 1999, p. 245). Pouco depois de Mentelle ter proferido em sua narrativa comentários depreciativos sobre os indígenas, e após presenciar um dia inteiro de intensas chuvas, ele admitiu: "mais de uma vez tivemos motivos para temer que os índios não tivessem exagerado nos riscos" (Dupuy, 2012, p. 69). Esse reconhecimento demonstra que os indígenas não estavam fazendo alardes desnecessários, pois conheciam profundamente as estações do ano e como essas influenciavam a navegabilidade dos rios.

Na viagem de Simon Mentelle, a presença indígena manifestou-se principalmente nas formas como o geógrafo obtinha informações sobre a natureza da Guiana Francesa. Interessado, sobretudo, em traçar latitudes e longitudes, realizar observações astronômicas e calcular a extensão dos rios,

⁷ [...] La crainte que quelques jours de pluies ne nous emportassent les vivres de plusieurs semaines nous fesoit accélérer notre marche. Nous eumes d'extrêmes difficultés à trouver les canots nécessaires au chargement de nos bagages. Nous étions entourés d'Indiens empressés, comme des oiseaux de mauvais augure, à nous prédire des malheurs: nous ne parviendrions jamais, disoient-ils, au Maroni; si nous y arrivions et que nous entreprissions de le descendre, nous nous y noyerions (Dupuy, 2012, p. 72).

percebe-se que as poucas referências feitas por Mentelle aos indígenas estão quase sempre vinculadas aos seus próprios objetivos como viajante-cientista.

Notei as montanhas, as ilhas, as rochas, os rios, os riachos e os pântanos que pude descobrir. Muitas vezes estimei a velocidade da canoa e a largura dos rios. Tentei obter dos índios as poucas informações e conhecimentos que eles podiam dar sobre o traçado geral dos rios e a extensão das travessias⁸.

Embora frequentemente subalternizadas no processo de construção do conhecimento científico, as populações indígenas desempenharam um papel crucial nas expedições científicas na Amazônia colonial. Como detentoras e fornecedoras de conhecimentos sobre o mundo natural, reafirmavam seu protagonismo em um contexto em que os parâmetros científicos eram definidos pela Ciência Moderna, baseada em teorias, linguagem matemática, métodos e experimentação. Segundo Rafael dos Santos Pompeu, o vínculo estabelecido entre os grupos indígenas e o mundo que os rodeia não se limitava apenas à cosmovisão, mas também se dava pela experiência prática e pelo conhecimento empírico (Pompeu, 2023, p. 47).

Esses saberes foram indispensáveis para muitos cientistas, principalmente geógrafos e naturalistas, que, antes de qualquer registro ou desenvolvimento teórico, dependiam da observação e de um reconhecimento prévio do local, do qual não eram detentores. O antropólogo Claude Lévi-Strauss (2012) redimensiona o conhecimento das populações vistas como "selvagens", colocando-o no mesmo nível do pensamento ocidental. Segundo o autor, longe da ideia de que os indígenas são guiados apenas por necessidades básicas, eles possuem métodos e formas únicas de assimilar o mundo que, mesmo com finalidades distintas, guardam proximidade com os postulados científicos europeus. Nesse sentido, Lévi-Strauss explica que, embora o pensamento dessas populações raramente se ocupe das mesmas realidades abordadas pela Ciência Moderna, em ambos os casos o cosmos é o objeto de compreensão, tornando-se um meio de satisfazer a necessidade humana de entendimento (Lévi-Strauss, 2012, p. 17).

No relato do botânico Jean-Baptiste Patris, é evidente a abundância de referências sobre geografia, hidrografia e flora. Em comparação com os dados apresentados por Mentelle em sua narrativa, observa-se uma riqueza ainda maior de informações que Patris detalha conforme transita por

⁸ J'ai noté les montagnes, les îles, les roches, les rivières, les criques, les marécages que j'ai pu découvrir, J'ai estimé solvante la marche du canot et la largeur des rivières. J'ai tâché de tirer des Indiens le peu de renseignements et de connaissances qu'ils sont capables de donner sur la disposition Générale des rivières et la longueur des portages (Dupuy, 2012, p. 69).

diversas regiões. Em praticamente todos os lugares por onde passava, seus registros eram frequentemente acompanhados de informações precisas sobre a localização dos rios, as coordenadas geográficas e a posição dos grandes "saltos". Sem dúvida, essas observações só foram possíveis graças à consulta aos indígenas que integravam sua expedição, bem como àqueles encontrados durante suas estadias nas habitações de grupos indígenas das redondezas.

Entre as muitas menções que o viajante compila ao longo de seus caminhos — identificando os nomes e as distâncias entre rios, montanhas, ilhas e a localização dos povoados indígenas — apenas uma referência é feita por Patris às suas fontes indígenas.

Local acima da enseada de Prato, faz fronteira perto de um local com a grande enseada de Yépéraré cujo curso deve ser paralelo ao Maroni, e que desce do Sul até 20° a 25° Oeste; alguns índios consideram que é o Maroni, tem profundidade, de 15 a 18 metros de largura. Encontramo-lo meia légua depois de sair da enseada de Tiraré cujas águas descem em torrente do Monte Tripoupou que deixamos algumas léguas a oeste à direita⁹.

As informações compartilhadas por informantes indígenas devem ser entendidas como parte de um conhecimento que circulava pelas fronteiras e que, muitas vezes, era apropriado pelos viajantes-cientistas e levado aos meios acadêmicos europeus sem que os indígenas recebessem crédito por seus saberes. Dessa forma, o conhecimento sobre o mundo natural amazônico teve origem no pioneirismo indígena, incluindo os diversos nomes de animais e plantas, seus usos medicinais, a localização geográfica de territórios e o conhecimento hidrográfico. Como observa Lévi-Strauss, "as espécies animais e vegetais não são conhecidas porque são úteis; elas são consideradas úteis ou interessantes porque são primeiro conhecidas" (Lévi-Strauss, 2012, p. 24). No platô das Guianas, assim como em muitos outros territórios da Amazônia Portuguesa, a toponímia das montanhas, ilhas e rios frequentemente deriva de nomes atribuídos pelos próprios indígenas, como no caso do rio Oiapoque.

Com base nisso, os indígenas, ao fornecerem conhecimentos sobre obstáculos naturais, o uso prático de plantas medicinais, o reconhecimento territorial e hidrográfico, incluindo atalhos terrestres e o curso dos rios, não podem ser vistos como simples informantes que ofereciam informações triviais, e muito menos como passivos às indagações feitas pelos naturalistas (Almeida, 2020, p. 23). O poder

⁹ Une lieu u-dessus de la crique Prato, il côtoie près d'une lieu la grande crique Yépéraré dont le cours doit être parallèle au Maroni, et qui descend du Sud à 20 à 25° Ouest; certains Indiens la considèrent comme le Maroni, elle est profonde, large de 50 à 60 pieds. On la trouve une demi-lieu après avoir quitté la crique Tiraré dont les eaux descendent en torrent du mont Tripoupou qu'on laisse à quelques lieues à l'Ouest su la droite (Dupuy, 2012, p. 37.38).

de ir e vir nos territórios coloniais não era assegurado apenas pelos acordos sob suas possessões, mas tornava-se exclusivamente possível pelo acesso ao conhecimento dos habitantes indígenas.

No trecho a seguir, assinalado por La Haye, são demonstradas as perigosas travessias que os viajantes frequentemente enfrentavam ao seguir os cursos dos rios e seus afluentes nas fronteiras. Os grandes saltos, frequentemente alertados pelos indígenas, apresentavam-se como um dos maiores empecilhos para as expedições, já que a mobilidade e a viabilidade pelo território dependiam principalmente da navegação:

À força das correntezas, acabamos chegando ao primeiro grande salto, onde havíamos nivelado nossa canoa para tentar nos aliviar. Passamos a ferro nossa canoa no chão, nós, assim como os índios, estávamos trabalhando o máximo que podíamos. Tivemos que ter a maior paciência do mundo para suportar as impertinências que os índios de nossa tripulação fizeram e nos falaram. Às vezes, eles nos faziam flutuar, onde pensaram que nos matariam nos saltos. Quando alguns brancos que estavam comigo disseram-lhes - “Coragem! filhos, temos que nos render”, eles nos apresentaram [seus remos e] suas chuteiras, embora na maioria das vezes eu e Bourguignon fizéssemos o possível para ajudar a nós mesmos. Os canalhas viram que precisávamos deles, são as pessoas mais ingratas do mundo. Às vezes, passávamos sem comer *cassava*¹⁰ seca para deixar o pouco de carne que pudesse haver para eles¹¹.

As descrições do viajante apresentam mais uma visão condenatória dos ameríndios. A ambição de seguir viagem, mesmo diante de obstáculos claramente expostos pelos nativos, revela como os indígenas eram frequentemente retratados de forma negativa, especialmente quando mantinham-se firmes em recusar a cobiça dos franceses. A partir do trecho acima, constatamos a importância dos pilotos, remeiros e guias nessas situações. Mesmo contrariados, os viajantes compreendiam claramente que, sem o conhecimento nativo, não poderiam prosseguir, tampouco retornar a Caiena. Os indígenas, por sua vez, cientes da dependência dos franceses, também entendiam o significado de suas funções

¹⁰ Espécie de mandioca.

¹¹ À force de taquarets, nous avons fini par arriver au premier gross saut, là où nous avions rasé notre canot pour tâcher de nous alléger. Nous avons repassé notre canot par terre, nous, aussi bien que les Indiens, travaillions autant que nous le pouvions. Il nous fallait avoir la plus grande patience du monde pour souffrir les impertinences que les Indiens de notre équipage nous ont pensé faire périr dans les sauts. Quand Quelques Blancs qui étaient avec moi leur disaient – “Courage! Enfants, il faut nous rendre”, ils nous présentaient leurs pagayes et leurs taquarets, quoique le plus solvable moi et Bourguignon nous faisions notre possible pour nous tirer d’embarras. Les canailles voyaient bien que nous avions besoin d’eux, ce sont les gens les plus ingrats du monde. Nous nous passions quelquefois de manger de la cassave sèche pour leur laisser le peu de viande qu’il pouvait y avoir (Dupuy, 2012, p. 24).

para os viajantes. Como o sargento observa, "os canalhas viram bem que precisávamos deles", o que os levou a abdicar de seus melhores alimentos para, de alguma forma, manter os indígenas ao seu lado.

Podemos afirmar, a partir disso, que a valorização do trabalho indígena, embora expressa sob uma ótica pessimista e suspeita, existia nesses casos apenas pelo receio dos viajantes de serem abandonados à própria sorte em meio às matas guianenses e por seus interesses coloniais em dar continuidade à expedição. Mesmo em relações desiguais de poder, onde a violência armada poderia ser utilizada pelos viajantes para alcançar seus objetivos, os indígenas compreendiam plenamente o valor de seus papéis e defendiam, por meio deles, suas escolhas e interesses.

Portanto, as descrições dos viajantes estão inseridas em um contexto que evidencia as formas como os ameríndios eram frequentemente retratados nos discursos das sociedades europeias. Na realidade das fronteiras coloniais, a presença indígena esteve associada a diversas atividades que, além de serem vinculadas à força de trabalho necessária para as expedições, também forneciam saberes práticos sobre a natureza amazônica. Por um lado, as múltiplas formas de atuação dos indígenas diante da ocupação colonial exemplificam suas estratégias de resistência, adaptações e formas criativas de buscar seus próprios interesses. Por outro, é possível localizar suas agências dentro de um contexto em que as potências coloniais competiam pela expansão territorial e, para garantir seus domínios, recorriam constantemente aos conhecimentos indígenas.

Considerações finais

O processo de territorialização nas Guianas envolveu as dinâmicas sociais estabelecidas pelo contato intercultural entre diversos agentes nas fronteiras. Nesse contexto, a expansão e a defesa dos limites coloniais deveram-se, em grande parte, às ações das próprias populações indígenas. Para tanto, a organização e a execução das viagens dependiam imprescindivelmente da presença indígena, que era essencial para a orientação náutica e terrestre, bem como para a sobrevivência dos viajantes durante os meses ou anos de viagem.

O papel ativo dos ameríndios não foi apenas essencial para esses propósitos; suas ações também contribuíram para um novo tipo de conhecimento sobre a natureza amazônica, que foi incorporado pelas várias expedições científicas enviadas pelos impérios ultramarinos. Atuando como

guias, intérpretes (carannes), pilotos e remeiros, os indígenas posicionaram-se no centro da construção e mobilização de saberes nas fronteiras. Nesse contexto, as viagens científicas e a apropriação dos saberes indígenas não podem ser consideradas apenas circunstâncias isoladas, mas devem ser entendidas como fenômenos sociais e culturais inseridos em um campo de normas, papéis e expectativas claramente definidos. Por conseguinte, a busca por catalogar a natureza e ampliar o conhecimento estava diretamente ligada às estratégias de reconhecimento e domínio territorial, evidenciando o caráter político das práticas científicas.

No decorrer do século XVIII, o envio de expedições científicas para a região amazônica transformou-a em um vasto laboratório de experimentação e catalogação de conhecimentos sobre a natureza e os povos nativos. Ao longo desse período, a ciência tornou-se um instrumento não apenas para o avanço do conhecimento, mas também para a consolidação de fronteiras e o controle territorial, evidenciando sua ligação intrínseca com as políticas coloniais europeias. Essas expedições, financiadas por academias e potências europeias, contribuíram para a formação de representações eurocêntricas sobre a Amazônia e seus habitantes, frequentemente relegando saberes locais e desumanizando as populações nativas.

Apesar desse contexto, os povos indígenas desempenharam um papel crucial na construção do conhecimento sobre a natureza amazônica. Por meio de seu profundo entendimento do território, contribuíram significativamente para as descobertas botânicas, zoológicas e cartográficas que fundamentaram muitos dos avanços científicos da época. No entanto, seus saberes foram frequentemente silenciados ou apropriados de forma subalterna nas narrativas das expedições. Embora os saberes indígenas tenham sido fundamentais para a exploração e documentação da flora, fauna e geografia da Amazônia, eles foram apropriados sem o devido reconhecimento.

Fontes documentais:

DUPUY, Francis. **Les arpenteurs des confins**: explorateurs de l'intérieur de la Guyane (1720-1860), Paris, CTHS, 2012.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Gabriele B. de. **Rios de conhecimentos**: os povos das conquistas e expedições científicas na Amazônia e na África Oriental portuguesa (1780-1798). 2020. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2020.

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 75, 2017.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Sertão de estrelas: a delimitação das latitudes e das fronteiras na América portuguesa.” **Varia História**, v. 15, n. 21, p. 73–85, jul. 1999.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.
- CARVALHO, Rómulo de. **A História Natural em Portugal no século XVIII**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), 1987.
- COMISSOLI, Adriano. Soberania em território alheio: comandantes e espiões ibéricos nas fronteiras da América, séculos XVIII e XIX. **Almanack**, Guarulhos, n.27, 2021.
- COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. VIII (suplemento), 993-1014, 2001.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 278, 1969.
- DIAS, Thiago Cancelier. **O língua e as línguas: aldeamentos e mestiçagens entre manejos de mundo indígenas em Goiás (1721-1832)**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal de Goiás, 2017.
- DOMINGUES, Ângela. Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa, 2001.
- FLECK, Eliane Cristina Deckmann. “Estados de paz e estados de guerra - negociação e conflito na América Portuguesa (séculos XVI e XVII)” In: **Projeto História (PUCSP)**, São Paulo, SP, v. 31, n.dez/2005, p. 313-335, 2005.
- FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Evidências de circulação de saberes farmacológicos e médico-cirúrgicos em um manuscrito anônimo (América platina, século XVIII). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, ISSN 1679-1061, N°26, p. 349-384, Jan/Jul, 2019.
- FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: USP; Humanitas, 2011. v. 2, p. 62-86.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Tradução: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- HURAULT, Jean Marcel. **Français et Indiens en Guyane (1604-1972)**. Paris: Union Générale d’Editions, 1972.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: Mary Anne Junqueira; Stella Maris Scatena Franco (org.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: USP-FFLCH – Humanitas, 2011, p. 45-61.
- KURY, Lorelai. Homens de Ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 11 (suplemento 1):19-29, 2004.

- KURY, Lorelai (org.). **Usos e circulação de plantas no Brasil: séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013.
- LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: São Paulo, 2012.
- MARTINETTI, Thibaud. “L’Autre Jésuite: civilisation, exploration et espionnage dans le récit de Voyage de Fusée-Aublet em Guyane (1762-1764)”. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos [online]**, 2022.
- METCALF, Alida C. **Os papéis dos intermediários na colonização do Brasil: 1500-1600**. Tradução de Pablo Lima. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese de livre docência. Campinas: Unicamp, 2001.
- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturação**. São Paulo: Edusc, 1999.
- PATACA, Ermelinda Moutinho. Coleta, transporte e aclimação de plantas no Império Luso-Brasileiro (1777-1822). **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 5, n. 9, 2016, p. 88-108.
- POMBO, Nívia. As "riquezas do mundo" - Cobiça e ciência nos jardins botânicos de Caiena e Belém do Pará. **Navigator (Rio de Janeiro)**, v. 6, p. 52-60, 2010.
- POMPEU, André José Santos. As drogas e os negócios do sertão. In: CHAMBOULEYRON, Rafael (org.). **As drogas do sertão e a Amazônia colonial portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023. p. 109–132.
- RAMINELLI, Ronald Raminelli. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância**. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.
- ROSSATO, Luciana. **A lupa e o diário: história natural, viagens científicas e relatos sobre a Capitania de Santa Catarina (1763-1822)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- SANJAD, Nelson. Os jardins botânicos luso-brasileiros. **Revista da Sociedade brasileira para o progresso da ciência**. Ano 62, número 01, jan./mar., 2010.
- SANJAD, Nelson; SANTOS, Rafael Rogério; MATOS, Frederik. Itinerários indígenas na implantação do Horto Botânico do Grão-Pará (1760-1810). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-22, maio/ago. 2021.